

PROGRAMA TRANSITÓRIO DE AÇÕES PARA 2005
CONVÊNIO CVRD 0333/90 e ADITIVOS
(TI MÃE MARIA)

Iara Ferraz
Abril 2005

Com o objetivo de construir um Plano Plurianual de Apoio às Atividades das Comunidades na Terra Indígena Mãe Maria, no decorrer de 2005, todas as ações desenvolvidas no âmbito do Convênio CVRD 0333/90 (e aditivos) junto às comunidades *Parkatejê* e *Kyikatejê* em Mãe Maria serão avaliadas, de acordo com uma metodologia participativa e interdisciplinar, conforme as áreas de atuação e mediante coordenação de natureza antropológica.

Cabe notar que a maior parte das observações e recomendações que se seguem são relativas à comunidade *Parkatejê*. Até o presente, as ações que dizem respeito aos *Akratikatejê* (a “turma da Montanha”, originária de Tucuruí) não foram ainda dimensionadas, uma vez que dependem do cumprimento da decisão judicial envolvendo a Eletronorte e a reposição territorial obtida em sentença, em 2002.

De abril a julho – período de avaliação das atividades –, as reuniões com a comunidade *Parkatejê* serão realizadas mensalmente. Até o final de outubro de 2005 haverá necessidade de mais duas reuniões para discussão e ajustes finais do Plano Plurianual que será então apresentado à CVRD e à FUNAI pelas Associações Indígenas/comunidades existentes na TI Mãe Maria.

A comunidade *Kyikatejê*, por sua vez, solicitou a realização de um primeiro *seminário* para avaliação do conjunto das atividades apoiadas pela CVRD, com a participação de mediadores e coordenação antropológica. Este seminário deverá ser realizado na *última semana de abril de 2005*. A partir de então, com os resultados obtidos será elaborada uma agenda de atividades de redimensionamento do programa no decorrer do ano junto a esta comunidade.

Saúde - o volume de recursos despendidos nos últimos anos revela a sua importância. Uma equipe da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ / MS), do Rio de Janeiro, estará encarregada de promover a avaliação neste setor específico e, juntamente com a equipe de campo (enfermeiras, auxiliares e agentes de saúde e de saneamento indígenas) formular e supervisionar, através do Convênio CVRD, um *Projeto de Apoio às Ações de Saúde e Saneamento Básico*, considerando as perspectivas de curto, médio e longo prazos, em parceria com as ações da FUNASA, legalmente encarregada pelo Ministério da Saúde do atendimento às populações indígenas. Ainda no primeiro semestre e por recomendação dos avaliadores deverão ter lugar ações emergenciais de saneamento (como campanhas voltadas para a destinação do lixo nas aldeias, abastecimento de água, etc.) e atividades conjuntas com a área de Educação.

em Marabá), que tinha a duração prevista para cinco anos e consistiu no plantio mecanizado de arroz, milho, feijão e mandioca, na formação de um pomar e de incentivo às atividades pecuárias. Nesta ocasião, os integrantes da comunidade chegaram à conclusão de que há necessidade de uma avaliação especializada para o redimensionamento necessário (há muitas dúvidas quanto ao futuro deste projeto).

No início de 2004, a administração regional da FUNAI em Marabá promoveu uma avaliação deste projeto, que resultou no Relatório Técnico de Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Integrado Parkatejê na Terra Indígena Mãe Maria (março de 2004). Este relatório forneceu indicadores para o efetivo monitoramento do projeto, já apontando para a necessidade de seu redirecionamento.

Foram discutidos o estímulo à recuperação de técnicas de cultivo e de cultivares tradicionais, das áreas de capoeiras e a regeneração da floresta, ao lado da necessidade de um plano de utilização dos recursos naturais existentes na Terra Indígena Mãe Maria e capacitação dos integrantes da comunidade para quaisquer destas atividades (agroflorestais, piscicultura, apicultura, etc.).

O aumento significativo da população - nascem em torno de 10 a 15 crianças por ano nas duas comunidades - traz o risco de esgotamento dos recursos naturais numa área que se restringe com a interferência crescente de obras de infraestrutura no seu interior (rodovia, linhas de transmissão e ferrovia), caso não haja um *plano de gestão territorial e ambiental visando a preservação e recuperação das áreas de florestas, ao lado do manejo adequado* (agricultura, pecuária, caça, pesca, atividades extrativistas e de coleta de frutos silvestres).

Acentua-se portanto a necessidade de realizar, a curto prazo, um diagnóstico etno-ambiental participativo na Terra Indígena Mãe Maria, que antecede a elaboração de um plano de gestão territorial. A intensificação do uso de recursos naturais (com o aumento populacional), os desmatamentos e as interferências verificados também no *entorno* da terra indígena (dois novos circuitos de linhas de transmissão passam, desde 2004, pelo limite norte da Terra Indígena Mãe Maria, ainda sem licenciamento ambiental completo para operação) vêm ocasionando modificações nos ecossistemas no seu interior e prejudicando a regeneração espontânea das áreas de floresta densa, onde se encontram os nichos de abrigo de animais de caça e aves.

A elaboração de um projeto que contemple a recuperação de áreas degradadas, sobretudo ao longo da ferrovia de Carajás - onde caixas de empréstimo utilizadas na sua construção *não foram recuperadas* - e uma especial atenção às áreas limítrofes (ao norte e sul são linhas secas) virão a se constituir em atividades realizadas em conjunto com a equipe de vigilância e proteção ambiental, *de todos os fuzis em jto. c/ a FUNAI.*